

Síndrome do reajustável

F. Carlos Trigueiro *

Consta que na maquiagem final do Plano Cruzado, quando o documento ainda era segredo de Estado, coube ao próprio presidente Sarney retirar o "R" da sigla ORTN, título público que balizou a economia nacional durante a última geração, originando-se daí a OTN, hoje ressuscitada como BTN.

Houvesse o plano logrado êxito, o simples apagar da letra "R", que significava "reajustável", poderia ter proporcionado ao presidente Sarney maior glória do que todos os seus decretos e medidas provisórias, e ao cidadão José Sarney maior fama do que seus livros traduzidos para o chinês e o russo.

É que a expressão "reajustável" não teria sido extirpada somente do título público ou dos quadrantes econômicos, mas de um universo muito maior: da complexa realidade brasileira no que ela tem de mais pungente nessa aurora dos anos 90 — o caráter mutável, transitório e indefinido dos valores que norteiam a nossa sociedade.

De fato, parece que uma "síndrome do reajustável" extrapolou o seu originário campus econômico e, infiltrando-se nas malhas do tecido social, atingiu o Estado, o governo, a política, a administração pública, a iniciativa privada, os lares e o dia-a-dia.

Mais que isso. Parece que tal síndrome se alojou no *animus*, na psique da sociedade. No seu inconsciente coletivo. O Brasil de hoje vive sob o signo do "reajustável". Tudo se tornou elástico, flexível, modelável, fugidio e efêmero. Desfigurou-se o conceito de precisão. A procura da certeza e exatidão desperta pouco interesse. Vale o aproximado. Vigor o mais ou menos. Cultua-se a estimativa.

Essa nova onda ética se sobrepõe e a tudo quer reajustar: forma, conteúdo, parâmetros, valores, pesos e medidas. No início, a sua força motriz era o processo inflacionário auto-reajustável pela indexação monetária. Hoje, a inflação vai cedendo lugar a um surto de irresponsabilidade social generalizada, a um prenúncio de anomia que abala o Estado, deturpa as empresas, amedronta as famílias e confunde o cidadão.

A medida que a síndrome se espalha, ela define a vontade individual, desorienta o comportamento coletivo, entorpece a moral e fustiga a juridicidade do Estado. Não vale o que está escrito. Se vale, é "reajustável". As leis vão-se tornando meros pontos de referência e os tribunais, monumentos institucionais.

Na esfera política, a síndrome é arrasadora: a Constituição tem arcabouço parlamentarista, mas se reajusta com fisiologia presidencialista; o país se configura como República Federativa, mas atua como Estado unitário; políticos reajustam-se de partido em partido e estes de ideologia em ideologia. Vigora o "reajustável". E a Constituição e a forma de governo já têm prazo para isso.

Por outro lado, a economia do país, devastada por enorme defasagem fiscal e malversação de recursos, reajusta-se nas irrefreáveis emissões monetárias, nos juríssimos da dívida pública e nos subterrâneos da economia informal. Para a espiral inflacionária achou-se um novo tipo de reajuste — o patamar. Mas, de patamar em patamar, a inflação segue vilipendiando as leis da oferta e da procura e degenerando a estrutura de preços e salários. O próximo patamar pode ser a hiperinflação declarada.

Nesse frenesi de reajustes, as atividades produtivas abandonaram as mais elementares regras orçamentárias, enquanto as famílias aboliram o simples orçamento doméstico. Ninguém em sã consciência sabe exatamente quanto ganha ou despende. Bônus, índices, obrigações, moeda estrangeira servem de moeda. A moeda mesma não serve.

Porém, é no dia-a-dia que a perversidade da síndrome se potencializa. Quando o indivíduo comum é coagido a reajustar seus hábitos domésticos, seu espaço de cidadania, seu direito à vida. Porque assaltos, chacinas, seqüestros, motins, saques estão agredindo, a olho nu, o que restou de ordem e autoridade. Parece que as fronteiras da criminalidade e da ordem se amalgamaram, se ajustam e reajustam entre si por obra de mesquinhos interesses grupais acorbetados pela corrupção e sob o lastro da impunidade.

Esses reajustamentos mórbidos e permanentes tendem a aniquilar a memória da sociedade, a anular a dimensão psicológica de um futuro melhor e a condenar-nos a um presente sem inspiração, puramente maquinal.

E contra esse quadro patético que a boca das urnas poderá, nas eleições que se avizinham, emitir um feroz grito de revolta: "o governo morreu, viva o governo", ou quem sabe: "o Estado é morto, viva o Estado".

* Escritor, bacharel em Administração Pública